



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Curso de Ciências Contábeis

Coordenação de Pesquisa

Paulo de Oliveira Campos Barbosa

***DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS OBRIGATÓRIAS DE
COMPANHIAS DE TI BRASILEIRAS***

Brasília

Junho, 2017.

***DISCLOSURE DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DE COMPANHIAS DE TI
BRASILEIRAS.***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de Brasília, como requisito
à conclusão da disciplina Pesquisa em
Ciências Contábeis e obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana
Guerra

Linha de pesquisa: Contabilidade para
Tomada de Decisão

Área: Contabilidade Financeira

BRASÍLIA

Junho, 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Irene de Oliveira Campos Barbosa e Paulo Cesar Barbosa, por sempre me apoiarem e por todo o suporte dado em minha vida, mesmo nos tempos árduos, especialmente quanto a minha educação. À minha avó Amara, pelos conselhos e histórias de vida inspiradoras. Ao meu avô José Waldson Campos, exemplo de ética e honestidade na profissão contábil. Aos meus irmãos Paula e Pedro Barbosa por estarem sempre comigo mesmo nos momentos difíceis. Aos tios e primos que me apoiaram no crescimento pessoal.

À Universidade de Brasília e ao corpo docente, pelos ensinamentos teóricos, técnicos e profissionais, pelos exemplos e pelos esforços e sacrifícios de se lecionar em uma Universidade Federal. Em especial à professora Doutora Mariana Guerra pela orientação, incentivo e avaliação deste trabalho.

Aos amigos da graduação, pelo companheirismo e por todos os bons momentos dentro e fora de sala de aula, tornando cada momento do curso mais agradável. Aos amigos que permaneceram mesmo com a distância e a todos que fizeram parte direta ou indiretamente da minha formação, obrigado.

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi avaliar o nível de conformidade das Notas Explicativas e Relatórios da Administração das empresas do subsetor de Tecnologia da Informação listadas na BM&FBovespa, quanto ao cumprimento dos critérios estabelecidos no parágrafo 5º do art. 176 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, utilizando-se lógica dedutiva e abordagem qualitativa. O trabalho que orientou tal pesquisa foi o de Nascimento *et al.* (2010), tendo sido adaptados os níveis de divulgação das informações: baixo, médio e alto. Para a análise, foram coletadas as NE e RA dos anos de 2011 a 2016 de 8 companhias, portanto, a amostra. Os resultados mostram que, tendo em vista as diversas variações no que diz respeito ao grau de divulgação, as empresas apresentam um grau médio no que tange a suas informações indispensáveis. Entretanto, a afirmação de Nascimento *et al.* (2010), e de outros autores de que as companhias estão mais preocupadas em cumprir informações mais relevantes para investidores, informando de forma reduzida alguns dados tidos como gerenciais, reafirmou-se no presente estudo.

Palavras-chaves: *Disclosure*. Critérios de Análise. Tecnologia da Informação.

1 INTRODUÇÃO

As informações financeiras e contábeis divulgadas pelas organizações têm um importante papel no momento da tomada de decisões, cotidianamente sendo as principais fontes de informações sobre a situação operacional da empresa, afetando, inclusive, a precificação das ações de companhias com variados níveis de governança corporativa (TERRA; DE LIMA, 2006). Cumpre destacar, nesse sentido, que a internet se tornou um instrumento de função essencial quanto ao aspecto da transparência das atividades das empresas, a qual permite acesso e visibilidade sobre as decisões e resultados alcançados, além de permitir o aumento considerável de formas de participação dos diversos usuários das informações disponibilizadas.

Um dos objetivos da Contabilidade é fornecer informações seguras e fidedignas que influenciem na tomada de decisões, portanto, a ampla divulgação de conteúdos contábeis e financeiros, inclusive por meio de Notas Explicativas e Relatórios da Administração, torna-se imprescindível (NASCIMENTO *et al.*, 2010). Filho (2000) reitera que, quando adotada linguagem compreensível e acessível, atentando-se à lei, as NE aumentam o poder de evidencição das demonstrações contábeis. Contudo, a alta complexidade dificulta sua adequada interpretação.

Relativamente ao que foi exposto até o momento, e sabendo-se da divulgação de informações por meio do site da BM&FBovespa, apresenta-se como pertinente a seguinte questão de pesquisa: **os requisitos exigidos pelo parágrafo 5º do art. 176 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e do CPC 26 (R1) no que tange a Notas Explicativas e Relatório da Administração estão sendo divulgados adequadamente?**

A fim de respondê-la, objetivou-se compreender o nível de conformidade das NE e RA de oito empresas do setor de Tecnologia da Informação (TI), dos segmentos de computadores e equipamentos, e programas e serviços, à luz da Lei 6.404/76 e dos pronunciamentos do CPC, durante os anos de 2011 a 2016. A escolha das empresas do setor de TI justifica-se por serem *holdings* e empresas de médio e grande porte com variadas transações financeiras e importância econômica. Para isso, a coleta de dados deu-se no sítio eletrônico da BM&FBovespa, com o intuito de determinar o percentual daquelas que atendem corretamente, parcialmente ou deixam de atender às exigências estabelecidas.

A pesquisa é justificada pela necessidade de se analisar o nível de *disclosure* aos usuários das informações contábeis, tendo em vista a conformidade das informações disponibilizadas pelas empresas em suas NE e RA, além de fomentar o conhecimento a

respeito do *disclosure* e divulgação responsável pelas entidades de capital aberto. Portanto, há contribuições para os *stakeholders* em geral, que desejam buscar mecanismos para avaliar as condições das demonstrações contábeis disponibilizadas pelas empresas.

Quanto à estrutura, o estudo está dividido em cinco seções, na qual inicialmente são abordadas as questões introdutórias à pesquisa. Seguida pelo referencial, que embasa o estudo na forma teórica, abarcando questões acerca do *disclosure*, aplicabilidade da Lei das Sociedades por Ações, e uma revisão da literatura dos anos de 2010 a 2017. Logo após, procedimentos metodológicos, expõem-se sobre a coleta e análise de dados. Posteriormente são apresentados os resultados e as descrições da apuração. E por fim, tem-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. *Disclosure* das informações contábeis obrigatórias e voluntárias

O termo *Disclosure*, como afirmam Garcia *et al.*, (2007), possui dois possíveis entendimentos: (i) dar conhecimento dos riscos, vantagens e implicações econômicas de procedimentos, com o objetivo de o tomador de decisões ter certeza de seus atos; (ii) exposição de informações sigilosas, podendo constituir uma quebra de confidencialidade. Portanto, *disclosure* pode ser entendido como a prática de evidenciar, de tornar claro ou de revelar algo.

De acordo com Iudícibus (1997, p. 115), o *disclosure* é um compromisso intransferível da contabilidade com seus usuários e com os próprios escopos. Figueiredo, Martins e Rodrigues (2016) reconhecem que o objetivo da contabilidade é proporcionar a cada grupo principal de usuários a possibilidade de fazer inferência sobre as vertentes futuras da entidade e deveria oferecer a todos *stakeholders* informações simétricas. As entidades, porém, tendem a privilegiar seus usuários mais influentes.

O Pronunciamento Técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) expõe que as demonstrações contábeis são desenvolvidas e evidenciadas para usuários externos em geral, tendo em vista seus propósitos diferenciados. Desse modo, governos, órgãos reguladores, autoridades tributárias e os diferentes usuários podem determinar exigências específicas para seus próprios interesses (CPC 00, 2011).

As Notas Explicativas, como afirmam Gonçalves e Ott (2002), possuem a finalidade de evidenciar informações que não puderam ser expostas nas demonstrações contábeis, em razão de comprometer a compreensão e integridade das mesmas. Ponte e Oliveira (2004)

reconhecem que o Relatório da Administração é um recurso que os gestores das empresas dispõem para comunicação com o público externo com linguagem menos técnica, de modo a atingir um número maior de usuários das demonstrações.

Conforme Ponte e Oliveira (2004), a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações ou Lei das S.A.), visando suprir às necessidades dos usuários externos, propõe o mínimo de informações que devem ser divulgadas pelas empresas de capital aberto. Para tanto, o parágrafo 5º do art. 176 da Lei das S.A., expressa sobre as informações mínimas que devem constar nas notas explicativas das entidades:

As notas explicativas devem: I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e IV – indicar: a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes; c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações; d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; f) o número, espécies e classes das ações do capital social; g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; h) os ajustes de exercícios anteriores; e i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (BRASIL, 1976)

Espejo e Daciê (2016) afirmam que o *disclosure* das companhias mais transparentes envolve características diagnósticas e elementos prognósticos de seus investidores, evidenciando voluntariamente informações financeiras e gerenciais, de forma que essas práticas são importantes para destacar potenciais benefícios futuros. Em conformidade com o estudo realizado por Rocha e da Costa (2016), que analisaram oito empresas do segmento Bovespa Mais nos anos de 2012 e 2013, existe baixa relação positiva entre qualidade da informação contábil e divulgação voluntária.

2.2. Estudos anteriores

Um tema considerável que vem sendo abordado em artigos acadêmicos é com relação à qualidade das informações contábeis divulgadas. Dos Santos *et al.* (2010) analisaram as notas explicativas, no que tange aos instrumentos financeiros derivativos, de uma empresa de capital aberto do setor alimentício de São Paulo, com o objetivo de verificar sua concordância com o padrão recomendado pela deliberação CMV nº. 550, de 17 de Outubro de 2008. Através da técnica de análise de conteúdo, constataram que as divulgações da empresa encontram-se dentro dos padrões, o que aumenta a visibilidade da mesma no mercado. Barbosa *et al.* (2016) verificaram a correspondência entre qualidade da informação contábil e o grau de divulgação voluntária das empresas constantes no segmento Bovespa mais, evidenciando que nenhuma das companhias analisadas apresentava um cenário ideal, além de haver ser baixa a correlação positiva entre qualidade e divulgação voluntária.

Lélis *et al.* (2013) analisaram as disparidades entre os padrões de divulgação de dados financeiros de empresas das áreas de telecomunicações e de consumo, negociadas nas bolsas de valores dos Estados Unidos e no Brasil, chegando ao entendimento de que as empresas brasileiras divulgam menos suas informações devido a fatores como a estrutura legal e o grau de desenvolvimento de mercado. No mesmo sentido, Machado, Takamatsu e Lima (2016) afirmam que a adoção de uma nova forma de divulgar as informações contábeis, como o emprego das IFRS, não interfere de maneira significativa no modo como investidores lidam com as alterações de preço das ações na data da publicação das demonstrações contábeis. Malaquias e Lemes (2013) avaliaram o grau de *disclosure* de demonstrações financeiras de entidades nacionais e seu cumprimento do que é estabelecido pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) no que tange a informações financeiras, concluindo que os relatórios brasileiros possuem qualidade inferior aos fornecidos pelos Estados Unidos. Por sua vez, Santos, Ponte e Mapurunga (2014) analisaram as Notas Explicativas de 366 empresas não financeiras no ano de 2010, a fim de avaliar o grau de *compliance* com base nos padrões do IFRS (*International Financial Reporting Standards*), no ano de 2010, e descobriram que existiam baixos índices de conformidade com a divulgação requerida, enfatizando uma possível falta de suporte institucional.

Tendo em vista a temática da divulgação obrigatória, Silva *et al.* (2016) verificaram o nível de *disclosure* com base no CPC 27, que trata sobre o ativo imobilizado, em 231 empresas listadas na BM&FBovespa no ano de 2012, constatando que 32,9% da amostra não evidenciava as informações obrigatórias do imobilizado. Lay, Silva e Michels (2017)

identificaram os vetores que explanavam o nível de evidenciação do CPC 33 das empresas brasileiras listadas no IBRx 100 da BM&FBovespa, afirmando que o volume, rentabilidade e presença de membros externos no conselho de administração influenciam positivamente no nível de evidenciação de benefícios a empregados.

Levando em consideração o *disclosure* de demonstrações contábeis, Teixeira Filho *et al.* (2011) investigaram a aderência de 48 empresas constantes na Carteira Teórica do Ibovespa, quanto a divulgação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), tendo em vista o Pronunciamento Técnico CPC 03, e obtiveram evidências de que grande parte das empresas analisadas descumpriram parcialmente os requisitos no que diz respeito aos critérios de classificação e divulgação, além de haver falta de uniformidade na apresentação da demonstração. Com o objetivo de analisar a comparabilidade da DVA após tornar-se obrigatória, De Almeida *et al.* (2014) utilizaram o método do estudo de caso múltiplo com vinte e nove empresas, o que demonstrou falta de compreensibilidade e confiabilidade das informações, mostrando que a divulgação das informações é importante para aumentar o poder de decisão dos *stakeholders*.

Tendo em vista o volume das análises realizadas em artigos científicos e trabalhos acadêmicos a nível de graduação e pós graduação, e com o objetivo de evidenciar de forma sucinta as constatações obtidas através dos estudos anteriores, bem como seus autores, ano de publicação, palavras-chave, principais propósitos e contribuições, desenvolveu-se o Quadro 1, que exhibe, de maneira breve, informações relevantes ao estudo e desenvolvimento do escopo teórico, contribuindo para uma base teórica sólida, abrangente e diversificada.

Quadro 1 – Síntese dos estudos anteriores

ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORES	PALAVRAS-CHAVE	PRINCIPAL OBJETIVO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
2010	DOS SANTOS, <i>et al.</i> , 2010.	Qualidade da Informação Contábil; Instrumentos financeiros; Derivativos; Notas explicativas.	Concordância de NEs com o padrão recomendado pela deliberação CMV nº. 550, de 17 de Outubro de 2008	Empresas que divulgam suas informações de forma completa e confiável nas Notas Explicativas têm maior visibilidade.
2011	TEIXEIRA FILHO, <i>et al.</i> , 2011.	Demonstração de Fluxo de Caixa; Pronunciamento CPC 03; Ibovespa.	Verificar a uniformidade das práticas <i>disclosure</i> das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, no exercício de 2011, com base no CPC 03.	Não há uniformidade na divulgação da DFC, além de algumas demonstrações estarem em desacordo com o CPC.
2013	LÉLIS, <i>et al.</i> , 2013.	Teoria da Contabilidade; Evidenciação Financeira; Governança Corporativa; Informação Financeira; Contabilidade Internacional Comparada.	Analisar as diferenças entre as práticas de divulgação de informações financeiras nos Estados Unidos (EUA) e no Brasil.	As empresas brasileiras divulgam menos suas informações devido a fatores como a estrutura legal e o grau de desenvolvimento de mercado.
	MALAQUIAS e LEMES, 2013.	<i>Disclosure</i> ; IFRS 7; instrumentos financeiros.	Analisar o nível de <i>disclosure</i> das demonstrações financeiras de empresas brasileiras em relação aos requerimentos dispostos pelo IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>) para evidenciação de instrumentos financeiros.	No que tange aos requisitos do IASB, os relatórios financeiros Brasileiros não são tão abrangentes como os dos Estados Unidos, portanto, são de qualidade inferior.
	DE ALMEIDA, <i>et al.</i> , 2014.	Demonstração do Valor Adicionado; Informação contábil; Comparabilidade.	Verificar a qualidade das DVAs, do ponto de vista da comparabilidade, referentes ao exercício de 2011, elaboradas pelas companhias abertas industriais, comerciais e prestadoras de serviços.	O estudo mostrou que quanto às DVAs, falta compreensibilidade e confiabilidade das informações. Além do mais, mostrou que a divulgação das informações é importante para aumentar o poder de decisão dos <i>stakeholders</i>
	SANTOS, PONTE e MAPURUNGA, 2014.	Conformidade; Evidenciação; Divulgação obrigatória; Fatores explicativos; IFRS Brasil.	Analisar o grau de <i>compliance</i> das empresas com o padrão de divulgação requerido nos IFRS no primeiro ano de sua adoção plena no Brasil, a partir das Notas Explicativas de 366 empresas financeiras de capital aberto.	Foram considerados baixos os índices de conformidade com a divulgação requerida, enfatizando uma possível falta de suporte institucional.
2016	SILVA, <i>et al.</i> , 2016.	Divulgação obrigatória; CPC 27; Ativo imobilizado; Evidenciação; BM&FBOVESPA.	Analisar o nível de evidenciação das demonstrações financeiras divulgadas no ano de 2012 pelas empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) em relação aos requisitos exigidos no CPC 27, que trata do ativo imobilizado.	Apontou-se, através do estudo que, 32,9% da amostra não evidenciava as informações obrigatórias do imobilizado.
	MACHADO, TAKAMATSU e LIMA, 2016.	Convergência dos Padrões Contábeis; IFRS; Estudo de Eventos.	Analisar o impacto da adoção voluntária dos padrões IFRS na percepção dos investidores sobre as empresas e, consequentemente, nos preços/retornos das ações em companhias brasileiras com ações negociadas na BM&FBovespa.	A adoção de uma nova forma de divulgar as informações contábeis, como o emprego das IFRS, não interfere de maneira significativa no modo como investidores lidam com as alterações de preço das ações na data da publicação das demonstrações contábeis.
	BARBOSA, <i>et al.</i> , 2016.	Evidenciação; Evidenciação voluntária; Qualidade da informação contábil.	Verificar se existe relação entre qualidade da informação contábil e o nível de divulgação voluntária das empresas brasileiras de capital aberto listadas no segmento Bovespa Mais.	A pesquisa demonstrou que nenhuma das companhias analisadas apresentava um cenário ideal, além de haver ser baixa a correlação positiva entre qualidade e divulgação voluntária.
	LAY, SILVA e MICHELS, 2017.	Benefícios a Empregados; Fatores Explicativos da Evidenciação; CPC 33.	Identificar os fatores que explicam o nível de evidenciação do CPC 33 (benefícios aos empregados) das empresas brasileiras listadas no IBRX 100 da BM&FBovespa.	O volume, rentabilidade e presença de membros externos no conselho de administração influenciam positivamente no nível de evidenciação de benefícios a empregados.

Fonte: elaborado pelo autor.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como descritiva. O fundamento da pesquisa encontra-se na Lei das S.A. e no PT CPC 26 (R1), tomando como base o estudo de Nascimento *et al.* (2010). No que diz respeito aos procedimentos, trata-se de um estudo de levantamento de dados secundários, visto que as informações foram coletadas em sítio eletrônico da BM&FBovespa e não diretamente com as empresas analisadas.

Os objetos em avaliação são as Notas Explicativas e Relatórios da Administração de 8 empresas do setor de Tecnologia da Informação (TI), segmentos de Computadores e Equipamentos, e Programas e Serviços, ao longo dos anos de 2011 a 2016. A escolha dos elementos que compõem a amostra foi realizada pelo fato de ser um setor que apresenta holdings e empresas de médio e grande porte com variada gama de transações financeiras e representatividade econômica. A busca para coleta de dados deu-se por meio do *site* da BM&FBovespa no dia 13 de Março de 2017 e os critérios estão expostos nos Quadros 2 e 3. A ferramenta utilizada para análise e tratamento dos dados foi o *Excel* 2013, a fim de promover a organização e tabulação dos dados coletados.

Na primeira etapa da pesquisa, foram coletadas as NE e os RA de oito companhias brasileiras classificadas no setor de Tecnologia da Informação (TI) da BM&FBovespa, referentes aos anos de 2011 a 2016, de forma a possibilitar a análise das frequências relativas e absolutas de cada componente indicado como compulsório ou voluntário na Lei 6.404/76 e no PT CPC 26 (R1). A companhia BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A. apenas iniciou a divulgação de suas NE e RA a partir do ano de 2014, e a empresa QUALITY SOFTWARE S.A. a partir de 2012, portanto, para efeito de cálculo de frequência relativa e absoluta, ambas passam a compor contagem a partir da data de início de suas publicações no sítio da BM&FBovespa.

Posteriormente, utilizou-se a Análise de Conteúdo, caracterizado por Bardin (2002) como um aglomerado de procedimentos de análise das informações tendo em vista a inferência de conhecimentos relativos às conjunturas de produção e recepção destes esclarecimentos, através de pré-análises, exploração de material e tratamento dos resultados, dedução e interpretação. Observou-se, portanto, as informações constantes nas NE e RA que foram mais amplamente divulgadas, bem como as que mais deixaram de ser expostas, durante o período analisado.

Quadro 2 – Informações obrigatórias para NE segundo o CPC 26 (R1)

Informações obrigatórias para NE segundo o CPC 26 (R1)	
Informações gerais	
Adoção de nova prática contábil e mudança de	Redução ao valor recuperável de ativos
Ajuste a valor presente	Reserva de lucros a realizar
Ativo imobilizado	Reservas
Ativo intangível	Demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva constante
Capital Social autorizado	Demonstrações contábeis consolidadas
Correção de erros de períodos anteriores	Demonstrações separadas
Demonstrações intermediárias	Dividendo por ação
Demonstrações condensadas	Dividendos propostos
Estoques	Equivalência patrimonial
Eventos subsequentes	Retenção de lucros
Lucro ou prejuízo por ação	Seguros
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Transações entre partes relacionadas
Receitas	Tributos sobre o lucro
Informações gerenciais	
Ações em tesouraria	Investimentos societários no exterior
Ágio/Deságio	Juros sobre o capital próprio
Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	Mudanças em estimativas contábeis
Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada	Paradas programadas
Benefícios a empregados	Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa
Capacidade ociosa	Propriedade para investimento
Combinação de negócios	Remuneração dos administradores
Continuidade normal dos negócios	Destinação de lucros constantes nos acordos com acionistas
Contratos de construção	Entidades de propósito específico (EPEs)
Custos de transação e prêmios na emissão de papéis	Subvenção e assistência governamental
Debêntures	Variações cambiais e conversão de demonstrações contábeis
Incorporação, fusão e cisão	Vendas ou serviços a realizar
Informações por segmentos de negócios	Voto múltiplo
Instrumentos financeiros	Investimentos em coligadas e controladas

Fonte: elaborado pelo autor.

Para melhor visualização dos resultados, quanto às informações obrigatórias para NE segundo o CPC 26 (R1), dividiu-se o Quadro 2 em dois grupos, informações gerenciais, que são divulgadas apenas quando a empresa de fato realiza alguma operação, como no caso de vendas e serviços a realizar, e em informações gerais, que estão mais relacionadas a atividade do negócio, pois são de suma importância para maior veracidade e completude das NE. Informações a respeito de ativos biológicos e programa de desestatização foram desconsiderados, pois não estão relacionados à natureza das companhias em questão. É importante ressaltar que, mesmo que a entidade não tenha tido movimentação em determinada conta, a mesma deve apontar isso de forma clara em seus relatórios.

Quadro 3 – Informações Obrigatórias nas NE e RA de acordo com a Lei das Sociedades por Ações

Informações Obrigatórias nas N.E.	
Lei de Sociedade por Ações	
Critérios de Avaliação	Ajustes de exercícios anteriores
Investimentos em outras sociedades	Eventos subsequentes
Ônus, garantias e responsabilidades	Capital Social
Obrigações a longo prazo	Mudança de critério contábil
Opções de compra de ações	
Informações obrigatórias no R.A.	
Lei de Sociedades por Ações	
Aquisição de debêntures de aquisição própria	Modificações nos investimentos em coligadas e controladas
Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos	

Fonte: elaborado pelo autor.

Fundamentando-se na pesquisa de Nascimento *et al.*, (2010), a fim mensurar a conformidade das informações divulgadas e classificá-las quanto a sua adequação a Lei das S.A. e ao CPC (Quadro 4), utilizou-se a Escala *Likert* de 3 pontos, como apresentado no quadro 5. Essa ferramenta auxilia a figuração das empresas que disponibilizam em maior ou menor completude as informações. As informações compulsórias, no nível justo e completo não foram abordadas nesse trabalho.

Quadro 4 – Critérios qualitativos para classificação dos níveis e graus de divulgação de informações nas NE e nos RA

Nível de divulgação	Grau de divulgação	Critérios Qualitativos
---------------------	--------------------	------------------------

Baixo	1	Informações incipientemente divulgadas
Médio	2	Informações parcialmente divulgadas
Alto	3	Informações amplamente divulgadas

Fonte: Baseado em Nascimento *et al.* (2010).

Desse modo, conforme os parâmetros qualitativos apresentados no Quadro 4, busca-se quantificar quais critérios foram efetivamente divulgados pelas companhias ao longo do período analisado. A quantificação desses dados é elencada de forma percentual no Quadro 5, podendo a companhia ser classificada em grau 1, se divulgou de 0 a 40% das informações obrigatórias e voluntárias em Notas Explicativas e Relatórios da Administração, grau 2 caso tenha divulgado de 41 a 80% e grau 3 as empresas que disponibilizaram de 81 a 100% das informações. Os Quadros 4 e 5 foram adaptados do trabalho de Nascimento *et al.* (2010), por conveniência.

Quadro 5 - Escala *Likert* para mensuração dos níveis e dos graus de divulgação

Nível de divulgação	Grau de divulgação	Escala <i>Likert</i>
Baixo	1	0 a 40% das informações
Médio	2	41 a 80% das informações
Alto	3	81 a 100% das informações

Fonte: Baseado em Nascimento *et al.* (2010).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização da amostra

O presente estudo visa analisar a conformidade das Notas Explicativas e Relatórios de Administração das companhias do setor de Tecnologia da Informação, segmentos de Computadores e Equipamentos e Programas e Serviços, listadas na BM&FBovespa à luz de critérios extraídos do PT CPC 26 (R1) e da Lei das S.A. Para isso, tomou-se como amostra as N.E. e R.A. das empresas: ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC, POSITIVO INFORMÁTICA S.A., BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A., IDEIASNET S.A., LINX S.A, QUALITY SOFTWARE S.A., SENIOR SOLUTION S.A e TOTVS S.A. A escolha desse subsetor justifica-se pelo fato de apresentar entidades com grande variabilidade de informações a serem divulgadas em seus relatórios financeiros. Foram obtidos resultados relevantes que serão expressos em gráficos e tabelas, afim de sintetizar as condições de adequação da determinada amostra, viabilizando o alcance do objetivo da pesquisa.

4.2 Descrição e análise dos dados a partir dos critérios qualitativos

Para dar início a pesquisa, realizou-se coleta de dados nas N.E. e nos R.A. de oito empresas de tecnologia de informação listadas na BM&FBovespa, nos anos de 2011 a 2016, devido ao fato de o PT CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis ter sido aprovado em Dezembro de 2011. No que tange às informações obrigatórias disponibilizadas nas N.E. pelas companhias, a Tabela 1 demonstra as frequências absolutas (fi) e relativas (fi%) dos itens prescritos na Lei de 6.404/76 e a Tabela 2 denota os mesmos para critérios preestabelecidos, retirados dos CPCs.

Tabela 1: Informações obrigatórias divulgadas nas NE de acordo com a Lei 6.404/76.

Informações Obrigatórias nas N.E.												
Lei de Sociedade por Ações												
	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%
Critérios de Avaliação	6	85,71%	7	100,00%	7	100,00%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Investimentos em outras sociedades	6	85,71%	7	100,00%	6	85,71%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Ônus, garantias e responsabilidades	6	85,71%	7	100,00%	5	71,43%	6	75,00%	7	87,50%	5	62,50%
Obrigações a longo prazo	6	85,71%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Opções de compra de ações	5	71,43%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	7	87,50%	7	87,50%
Ajustes de exercícios anteriores	5	71,43%	5	71,43%	7	100,00%	6	75,00%	7	87,50%	6	75,00%
Eventos subsequentes	5	71,43%	4	57,14%	5	71,43%	7	87,50%	5	62,50%	4	50,00%
Capital Social	6	85,71%	7	100,00%	7	100,00%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Mudança de critério contábil	5	71,43%	4	57,14%	3	42,86%	7	87,50%	3	37,50%	3	37,50%

Fonte: elaborado pelo autor.

Através da análise das informações obrigatórias a serem divulgadas nas N.E., de acordo com a Lei das S.A., consolidou-se na Tabela 1 o grau de obediência das empresas pertencentes a amostra quanto aos critérios presentes na mesma. Foi crescente, ao longo dos 6 anos, a divulgação dos critérios de avaliação, investimentos em outras sociedades, obrigações a longo prazo, opções de compra de ações e do capital social. No último ano analisado, houve totalidade na divulgação dos critérios de avaliação, investimentos em outras sociedades, obrigações a longo prazo e capital social pelas empresas analisadas.

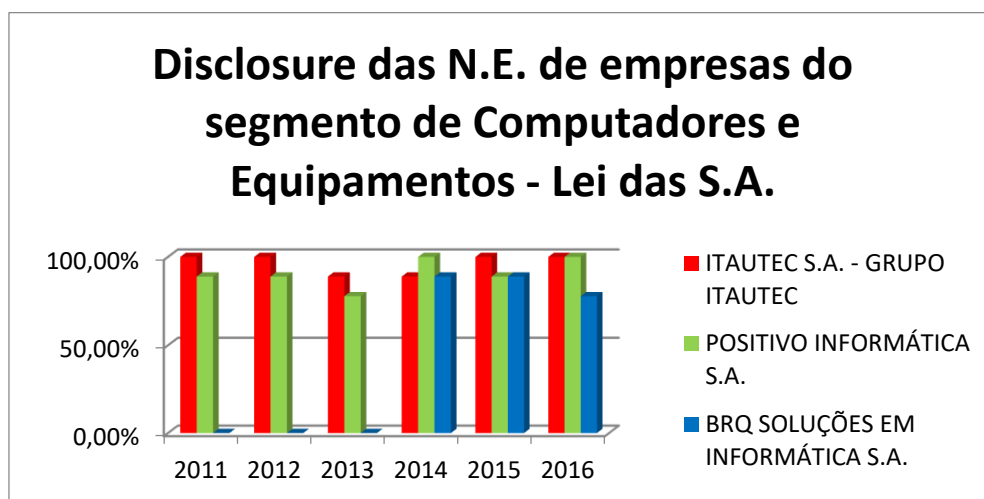
Em contrapartida, eventos subsequentes e mudança de critério contábil são as informações menos divulgadas. Esse fato justifica-se pela não ocorrência desses eventos em

alguns períodos nas empresas analisadas. Não obstante, dado a variação positiva de 14,29% na frequência das obrigações a longo prazo entre o primeiro e o último ano analisado, os ônus, garantias e responsabilidades registraram redução de 23,31%. Observa-se omissão por parte das companhias, visto que de acordo com o que afirmam Iudícibus *et al.* (2010), há a necessidade de divulgação dos ônus realizados sobre os elementos do ativo, garantias prestadas a terceiros e outras atividades eventuais ou contingentes que, portanto, são informações correlacionadas.

Em nenhum dos anos analisados, a empresa QUALITY SOFTWARE S.A. divulgou informações acerca de opções de compra de ações. De acordo com o estudo de Dos Santos e Perobelli (2009) o plano de opção de compra de ação é uma maneira de amenizar os conflitos de agência e redução da assimetria informacional, pois é um instrumento adotado pelas empresas com o objetivo de alinhar interesses entre gestores e detentores do capital.

Tratando-se da divulgação das informações obrigatórias em NE, baseando-se na Lei das S.A., o Gráfico 1 demonstra o percentual de *disclosure*, em conformidade com os critérios utilizados, anual por empresa analisada do segmento de Computadores e Equipamentos.

Gráfico 1: *Disclosure* das empresas do segmento de Computadores e Equipamentos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

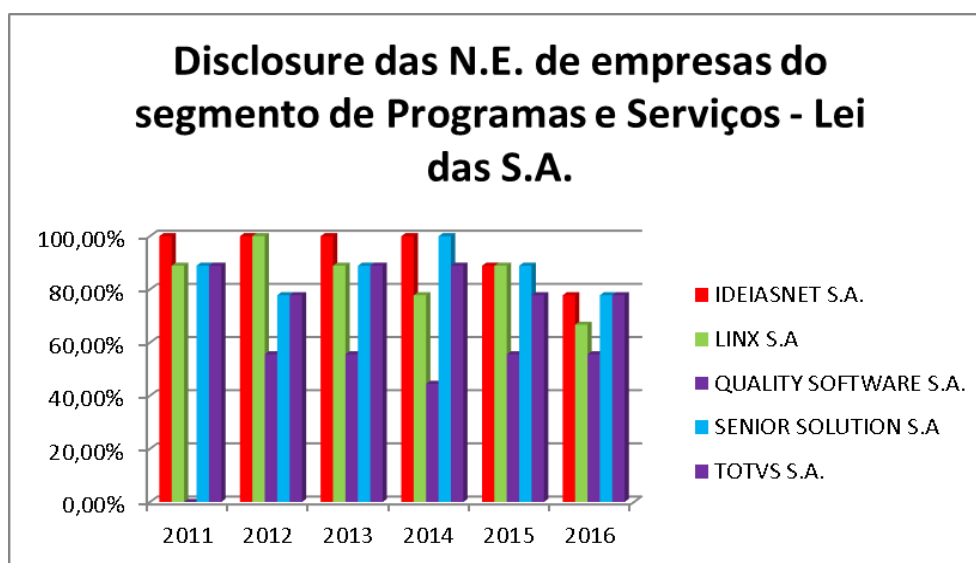


Fonte: elaborado pelo autor.

Nos anos de 2013 e 2014 a ITAUTEC S.A. deixou de averbar informações acerca de seus eventos subsequentes, todavia foi a empresa que mais cumpriu os requisitos da legislação vigente. A empresa BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A. só passou a ter suas demonstrações divulgadas no sítio da BM&FBovespa a partir de 2014, portanto só foi possível mensurar o grau de *disclosure* dos três últimos anos.

Quanto às empresas do segmento de programas e serviços, como apresenta-se no gráfico 2, houve redução na aderência das NE à Lei das Sociedades Anônimas. A companhia IDEIASNET S.A. que apresentou 100% das informações requeridas durante os anos de 2011 a 2014, deixou de disponibilizar tópico acerca da mudança de critério contábil, o que justificase por não ter ocorrido mudanças nos períodos subsequentes.

Gráfico 2: Disclosure das empresas do segmento de Programas e Serviços de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.



Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação às informações obrigatórias a serem divulgadas em acordo com o PT CPC 26 (R1) nas Notas Explicativas das companhias analisadas, deu-se a formulação das tabelas 2 e 3, tendo as informações sido separadas em indispensáveis e gerenciais.

Com relação às informações preestabelecidas pelos pronunciamentos, as companhias deveriam divulgar ao todo 26 itens dados como indispensáveis para atingir o índice 100% de divulgação. Dividiu-se a quantidade de itens divulgados pelas companhias individualmente pelo total (26 itens), para se obter o percentual (frequência) de divulgação de informações obrigatórias

Tabela 2: Informações obrigatórias divulgadas nas NE de acordo com o CPC – Informações indispensáveis

CPC 26 (R1) - Informações gerais												
	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%
Ágio/deságio	5	83,33%	6	85,71%	6	85,71%	6	75,00%	7	87,50%	7	87,50%
Ajuste a valor presente	6	100,00%	6	85,71%	6	85,71%	6	75,00%	8	100,00%	8	100,00%

Arrendamento mercantil (leasing)	3	50,00%	3	42,86%	4	57,14%	4	50,00%	4	50,00%	4	50,00%
Ativo imobilizado	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Ativo intangível	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Benefícios a empregados	4	66,67%	5	71,43%	6	85,71%	6	75,00%	7	87,50%	5	62,50%
Capital social autorizado	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva constante	6	100,00%	6	85,71%	6	85,71%	6	75,00%	7	87,50%	8	100,00%
Demonstrações contábeis consolidadas	6	100,00%	5	71,43%	7	100,00%	7	87,50%	7	87,50%	7	87,50%
Demonstrações separadas	5	83,33%	4	57,14%	5	71,43%	4	50,00%	5	62,50%	4	50,00%
Destinação de lucros constantes nos acordos com acionistas	6	100,00%	5	71,43%	6	85,71%	7	87,50%	6	75,00%	6	75,00%
Dividendo por ação	5	83,33%	3	42,86%	5	71,43%	4	50,00%	4	50,00%	3	37,50%
Dividendos propostos	6	100,00%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	8	100,00%	7	87,50%
Equivalência patrimonial	5	83,33%	5	71,43%	6	85,71%	7	87,50%	8	100,00%	7	87,50%
Evento subsequente	5	83,33%	5	71,43%	5	71,43%	7	87,50%	5	62,50%	4	50,00%
Instrumentos financeiros	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Investimento em coligada e controlada	6	100,00%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Investimentos societários no exterior	3	50,00%	3	42,86%	3	42,86%	6	75,00%	5	62,50%	5	62,50%
Lucro ou prejuízo por ação	5	83,33%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Receitas	6	100,00%	6	85,71%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Redução ao valor recuperável de ativos	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Remuneração dos administradores	6	100,00%	6	85,71%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Reserva de lucros a realizar	2	33,33%	2	28,57%	2	28,57%	3	37,50%	2	25,00%	2	25,00%
Reservas	5	83,33%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	8	100,00%	8	100,00%
Retenção de lucros	1	16,67%	2	28,57%	1	14,29%	1	12,50%	2	25,00%	2	25,00%
Transações entre partes relacionadas	6	100,00%	6	85,71%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Variações cambiais e conversão de demonstrações contábeis	6	100,00%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	7	87,50%	7	87,50%

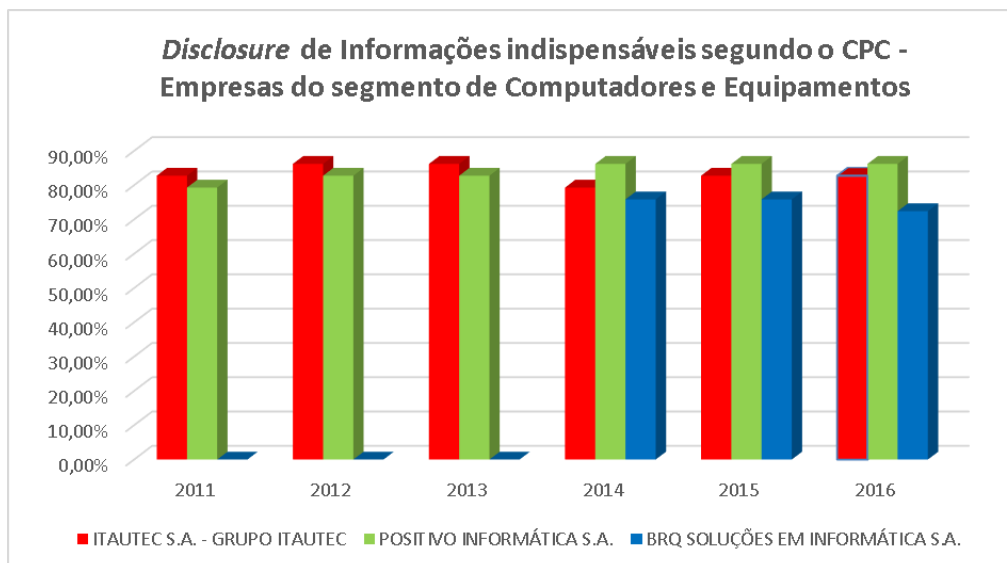
Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que houve significativa variação quanto à frequência dos dados disponibilizados ao longo do período compreendido entre 2011 e 2016. Por meio da utilização de média aritmética simples entre as frequências dos critérios preestabelecidos, determinou-se que, dentre as informações dadas como indispensáveis, houve integralidade (100%) na divulgação de informações a respeito do ativo imobilizado, ativo intangível, instrumentos financeiros, provisões, ativos e passivos contingentes e redução ao valor recuperável. Apesar da ampla divulgação do ativo imobilizado, em alguns anos verificou-se falta de informações acerca dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas.

Além do mais, algumas informações obtiveram baixa divulgação no decorrer dos anos, como retenção de lucros, reservas de lucros a realizar, investimentos societários no exterior e dividendos por ação. Esses dados menos divulgados, em sua maioria, são de interesse de seu principal usuário, o investidor. Salienta-se que, mesmo que não haja movimentação nas contas tidas como obrigatórias, é importante que esteja descrito na NE o porquê de não ter havido alterações relevantes, tendo em vista a maior magnitude da nota.

Supondo-se que as informações obrigatórias têm como centro especificamente o usuário investidor, juntamente ao fato dessas informações não terem sido apresentadas em sua plenitude, pode-se inferir que as 8 companhias ao longo dos anos analisados, não apresentaram informações suficientes para seus investidores. Esses fatores estão refletidos nos Gráficos 3 e 4, ficando visível que nenhuma empresa chegou a alcançar 100% de divulgação das informações obrigatórias tidas como indispensáveis entre 2011 e 2016.

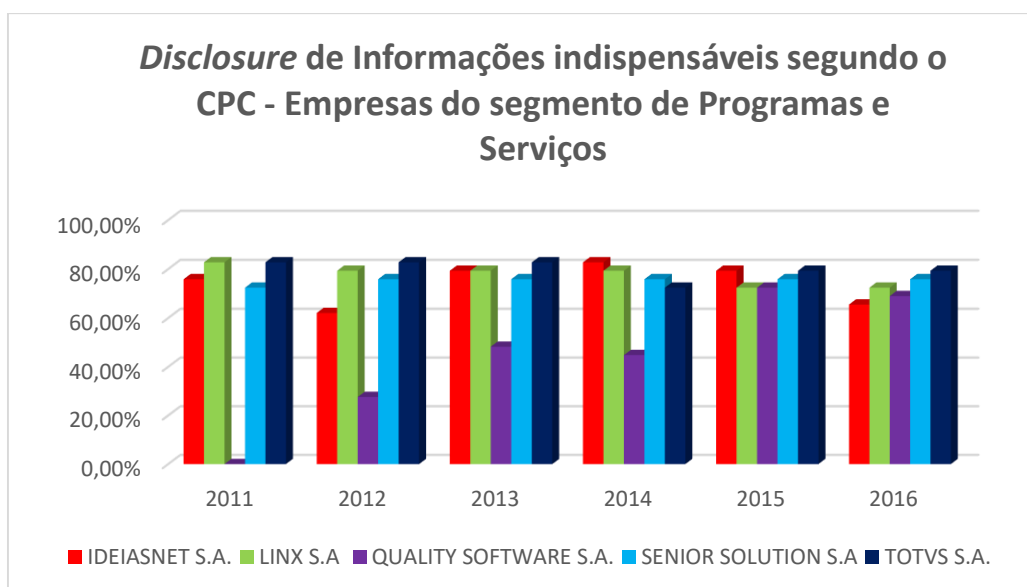
Gráfico 3: *Disclosure* de informações indispensáveis das empresas do segmento de Computadores e Equipamentos de acordo com o CPC



Fonte: elaborado pelo autor.

Traçando-se um paralelo entre os gráficos 1 e 3, é possível constatar que as empresas do segmento de computadores e equipamentos estão cumprindo majoritariamente a Lei 6.404. No entanto, deixaram de divulgar algumas informações materialmente relevantes que são requeridas pelos Pronunciamentos Técnicos e CPCs, como dados a respeito de dividendos por ação, juros sobre o capital próprio e reservas.

Gráfico 4: Disclosure de informações indispensáveis das empresas do segmento de Computadores e Equipamentos de acordo com o CPC



Fonte: Elaborado pelo autor.

Empreendimentos em fase de implantação	2	33,33%	0	0,00%	2	28,57%	1	12,50%	0	0,00%	0	0,00%
Estoques	5	83,33%	5	71,43%	5	71,43%	5	62,50%	7	87,50%	5	62,50%
Incorporação, fusão e cisão	5	83,33%	4	57,14%	5	71,43%	7	87,50%	5	62,50%	5	62,50%
Informações por segmento de negócios	6	100,00%	6	85,71%	6	85,71%	7	87,50%	7	87,50%	7	87,50%
Juros sobre capital próprio	4	66,67%	3	42,86%	3	42,86%	6	75,00%	5	62,50%	5	62,50%
Mudanças em estimativas contábeis	4	66,67%	3	42,86%	5	71,43%	6	75,00%	3	37,50%	4	50,00%
Paradas programadas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	100,00%	4	57,14%	7	100,00%	6	75,00%	6	75,00%	7	87,50%
Programa de recuperação fiscal (Refis)	2	33,33%	1	14,29%	3	42,86%	3	37,50%	2	25,00%	2	25,00%
Seguros	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	7	87,50%
Subvenção e assistência governamentais	2	33,33%	2	28,57%	2	28,57%	1	12,50%	3	37,50%	3	37,50%
Tributos sobre o lucro	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%	8	100,00%	8	100,00%	8	100,00%
Vendas ou serviços a realizar	1	16,67%	1	14,29%	1	14,29%	1	12,50%	3	37,50%	4	50,00%

Fonte: elaborado pelo autor.

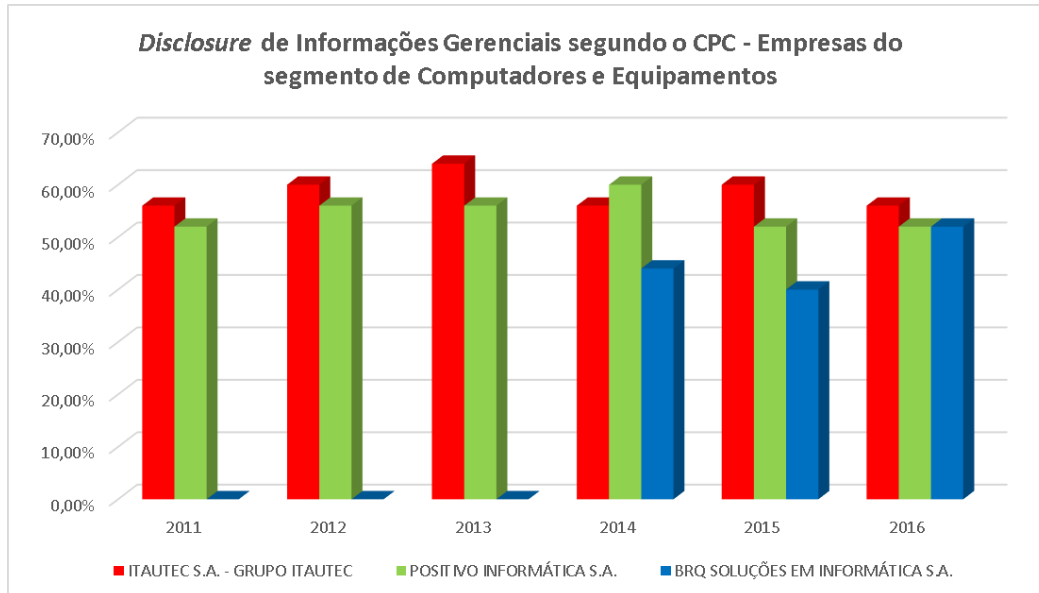
Apesar de não ter sido divulgada por nenhuma companhia, é importante ressaltar que, conforme Iudícibus *et al* (2010), no sistema de Créditos da Eletrobrás, o empréstimo é em forma de crédito, e os juros corrigidos monetariamente são creditados à empresa através de desconto nas contas de energia elétrica. Segundo o Pronunciamento técnico CPC 21, as demonstrações intermediárias, quando disponibilizadas de forma tempestiva e confiável ampliam o *know-how* de investidores, credores e outros usuários com relação à capacidade de a entidade gerar riqueza, além de sua condição financeira e de liquidez.

Dentre as informações tidas como gerenciais, é comum que não haja totalidade na divulgação, visto que, pode não haver movimentação em certas contas, dado ao fato de as empresas de TI não realizarem atividades previstas em lei, como no caso das paradas programadas. Entretanto, é conveniente que mesmo a falta de informação seja explicitada em notas explicativas para melhor entendimento das demonstrações contábeis.

No que tange à divulgação das informações obrigatórias gerenciais de acordo com os PT do CPC, os Gráficos 5 e 6 apresentam o percentual de *disclosure* de cada empresa analisada, por segmento, durante os anos de 2011 a 2016. Para análise das informações obrigatórias divulgadas pelas companhias tomou-se como base a descrição das frequências apresentada na Tabela 3. Dentre as empresas do segmento de Programas e Serviços, a

IDEIASNET S.A. destacou-se nos três primeiros anos, porém, deixou de divulgar informações como as demonstrações separadas nos anos seguintes.

Gráfico 5: *Disclosure de Informações Gerenciais das empresas do segmento de Computadores e Equipamentos segundo o CPC*

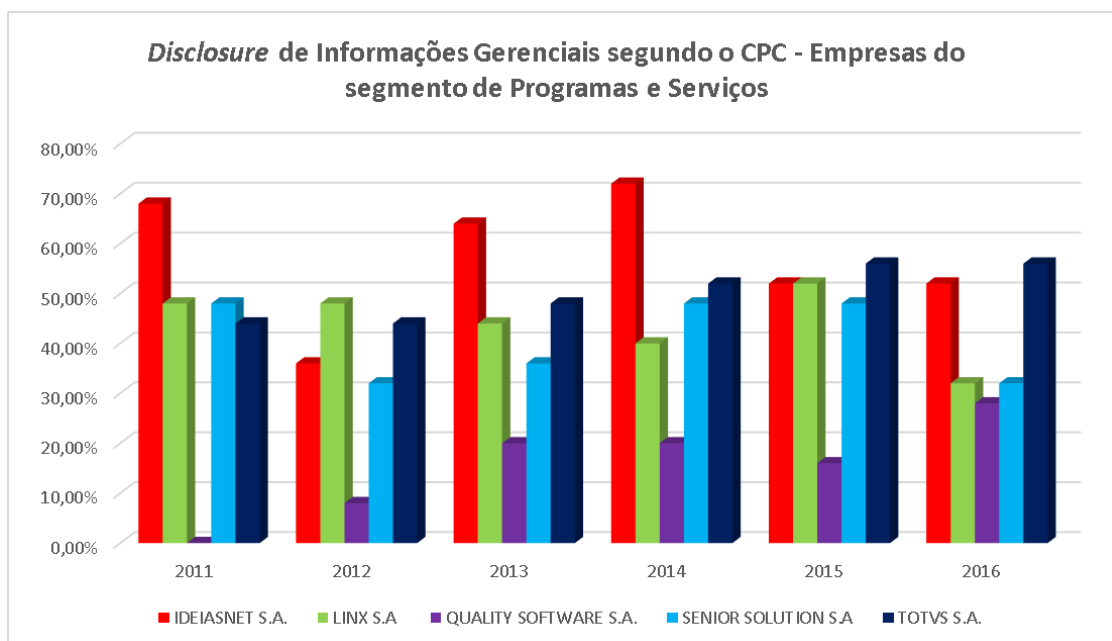


Fonte: elaborado pelo autor.

Como a prevalência de informações gerenciais dá-se por atividades que podem ou não ocorrer dentro do período anual das empresas, pode ocorrer delas não serem divulgadas. Entretanto, os gestores devem informar mesmo que não forem adotadas certas práticas, pois como afirma Cruz e De Lima (2010), há forte relação entre a reputação corporativa e o grau de *disclosure* de informações voluntárias pelas empresas.

Observando-se os Gráficos 5 e 6, averigua-se que as empresas do segmento de Computadores e Equipamentos possuem nível maior de divulgação de dados gerenciais, pois durante os anos considerados apresentaram entre 40 e 65% das informações, enquanto as empresas do segmento de Programas e Serviços, no geral, divulgaram entre 10 e 75% desses elementos. A QUALITY SOFTWARE S.A. em nenhum dos anos divulgou informações a respeito de estoques, juros sobre o capital próprio, demonstrações intermediárias e condensadas. Isso justifica-se, pois provavelmente essa empresa não mantém esse tipo de estrutura.

Gráfico 6: *Disclosure de Informações Gerenciais das empresas do segmento de Programas e Serviços segundo o CPC*



Fonte: elaborado pelo autor.

A omissão de informações não compulsórias, como afirmam Nascimento *et al.* (2010), em Notas Explicativas e Relatórios da Administração, pode estar associadas a ideia de que as informações obrigatórias são suficientes para suprir as necessidades dos investidores e, portanto, de todos os outros usuários das demonstrações contábeis.

Tabela 4: Informações divulgadas nos R.A. de acordo com a Lei 6.404/76 e o CPC.

Informações obrigatórias no R.A.												
Lei de Sociedades por Ações												
	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%
Aquisição de debêntures de aquisição própria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	0	0,00%
Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos	4	66,67%	3	42,86%	4	57,14%	4	50,00%	3	37,50%	4	50,00%
Modificações nos investimentos em coligadas e controladas	4	66,67%	4	57,14%	4	57,14%	4	50,00%	4	50,00%	6	75,00%
Informações Opcionais - CPC 26												
Alterações no ambiente em que a entidade opera	6	100,00%	7	100,00%	6	85,71%	7	87,50%	7	87,50%	8	100,00%
Fontes de financiamento da entidade	5	83,33%	6	85,71%	7	100,00%	7	87,50%	8	100,00%	7	87,50%
Recursos da entidade não reconhecidos nas demonstrações contábeis	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Negócios sociais e principais	2	33,33%	3	42,86%	2	28,57%	3	37,50%	3	37,50%	2	25,00%

fatos administrativos ocorridos no exercício											
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

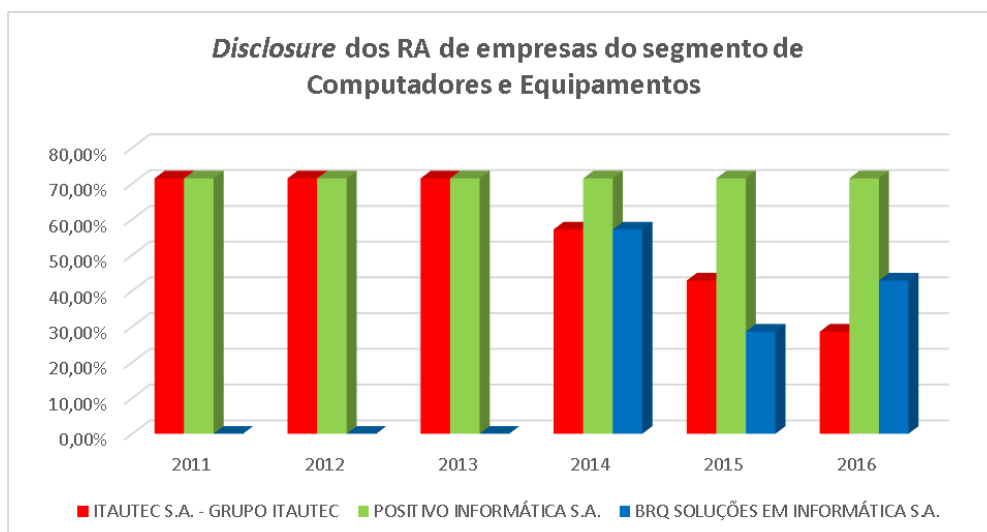
Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação às informações que devem constar no Relatório da Administração, a tabela 4 apresenta a frequência do *disclosure* desses dados ao longo dos seis anos estudados. No tocante aos relatórios analisados, as indicações mais relevantes foram as alterações no ambiente em que a entidade opera, suas fontes de financiamento e as modificações nos investimentos em coligadas e controladas. Apenas a empresa IDEIASNET S.A. apresentou informações acerca de aquisição de debêntures de aquisição própria, no ano de 2015.

Não obstante a publicação de debêntures, como consta na NE da empresa POSITIVO INFORMÁTICA S.A. nos anos de 2014 e 2015, e em todos os anos analisados das companhias IDEIASNET S.A. e TOTVS S.A., apenas a IDEIASNET S.A., no ano de 2015, separou tópico abordando a aquisição de debêntures de aquisição própria. Não houve divulgação dos recursos da entidade não reconhecidos nas demonstrações contábeis durante os anos verificados. Portanto, algumas informações importantes, tanto para usuários externos quanto para internos, estão sendo omitidas pelas empresas.

Quanto à frequência das informações divulgadas em RA, como observa-se nos Gráficos 7 e 8, a empresa POSITIVO INFORMÁTICA S.A., do segmento de computadores e equipamentos, foi a que melhor apresentou seus RA, mantendo uma média de 71,43% dos dados requeridos em Lei e pelo CPC ao longo dos seis anos analisados, seguida por ITAUTEC S.A. (57,14%), TOTVS S.A. (52,38%) e SENIOR SOLUTION S.A. (40,48%).

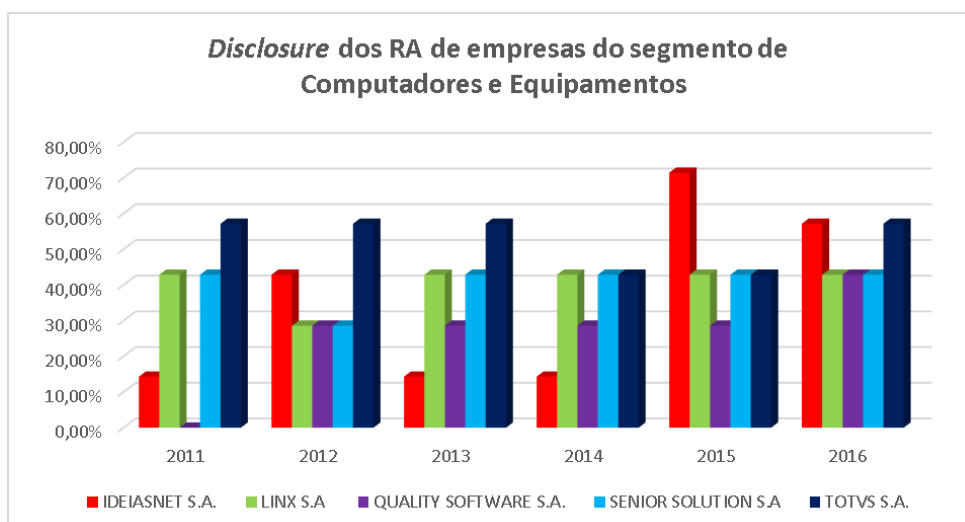
Gráfico 7: *Disclosure* dos RA de empresas do segmento de Computadores e Equipamentos



Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo afirmam Nascimento *et al.* (2010), quanto maior é a demanda por informações mais detalhadas e oportunas requeridas por investidores, a evidenciação voluntária tende a aumentar em mercados desenvolvidos e emergentes, porém, ainda prevalecerá diferenças entre o grau de evidenciação de empresas pertencentes ao mesmo mercado, podendo esse fator ser parcialmente explicado pelos incentivos aos administradores para divulgar tempestivamente e de forma detalhada informações sobre os negócios.

Gráfico 8: Disclosure dos RA de empresas do segmento de Programas e Serviços



Fonte: elaborado pelo autor.

Posteriormente a análise dos percentuais de divulgação das informações obrigatórias e voluntárias nas NE e RA, de acordo com a Lei das S.A. e o PT CPC 26 (R1), constantes nas

Tabelas 1, 2, 3 e 4, foi possível obter as frequências relativas (fi%) do cumprimento dos critérios por cada empresa ao longo do período averiguado no estudo, apresentados na tabela 5.

Tabela 5: Frequência relativa das empresas quanto as informações gerais

Companhia	Informações Obrigatórias					
	fi%					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC	82,76%	86,21%	86,21%	79,31%	82,76%	82,76%
POSITIVO INFORMÁTICA S.A.	79,31%	82,76%	82,76%	86,21%	86,21%	86,21%
BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.	-	-	-	75,86%	75,86%	72,41%
IDEIASNET S.A.	75,86%	62,07%	79,31%	82,76%	79,31%	65,52%
LINUX S.A	82,76%	79,31%	79,31%	79,31%	72,41%	72,41%
QUALITY SOFTWARE S.A.	-	27,59%	48,28%	44,83%	72,41%	68,97%
SENIOR SOLUTION S.A	72,41%	75,86%	75,86%	75,86%	75,86%	75,86%
TOTVS S.A.	82,76%	82,76%	82,76%	72,41%	79,31%	79,31%

Fonte: Elaborado pelo autor

Através da observação das informações obrigatórias já mencionadas em tabelas anteriormente, as empresas apenas atingiriam o índice de 100% de divulgação se divulgassem todos os 26 itens pertinentes as suas NE. A parcela de itens divulgados pelas empresas individualmente foi dividida pelo total (26 itens), obtendo-se, assim, o valor da frequência de divulgação dos pontos obrigatórios propostos em Lei e no CPC 26 (R1). A POSITIVO INFORMÁTICA S.A. foi a empresa que mais divulgou informações obrigatórias ao longo dos 6 anos analisados, chegando a 86,21% em 2014, mantendo o mesmo patamar nos anos seguintes. A ITAUTEC S.A. manteve-se estagnada ao longo dos anos, não apresentando grandes variações quanto a sua divulgação de informações gerais. A QUALITY SOFTWARE S.A. apresentou 27,59% de suas informações em 2012, justificando o baixo nível pelo fato de ter sido o ano de abertura de capital da empresa na BM&FBovespa. Entretanto, no ultimo ano analisado, a empresa apresentou 68,97% das informações, um aumento considerável em nível de adequação.

Tendo em vista esses percentuais, as companhias foram classificadas em 3 níveis e graus de divulgação de informações tidas como indispensáveis, de acordo com o nível baixo, médio ou alto de divulgação. A POSITIVO INFORMÁTICA S.A. classificou-se grau 3 dos anos de 2012 a 2016, e foi a empresa que divulgou de forma mais ampla suas informações indispensáveis. A QUALITY SOFTWARE S.A foi a única empresa que apresentou baixo grau de divulgação, no ano de 2012, contudo, nos anos seguintes permaneceu no nível médio de divulgação. Pode-se afirmar que no geral, as empresas apresentam um grau médio no que tange a suas informações indispensáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as necessidades informacionais dos diversos usuários das demonstrações contábeis, o desenvolvimento do presente estudo proporcionou uma análise do nível de divulgação (*disclosure*) de informações obrigatórias e compulsórias nos Relatórios de Administração e Notas Explicativas de 8 empresas do ramo de Tecnologia da Informação (TI), dos segmentos de computadores e equipamentos, e programas e serviços, listadas na BM&FBovespa, tendo por base o parágrafo 5º do art. 176 da Lei das S.A. e do PT CPC 26 (R1) nos anos de 2011 a 2016. Ambos estabelecem critérios que devem ser seguidos de forma a valorizar a compreensibilidade e conformidade das NE e RA.

O tema *disclosure* tem se mostrado relevante para o meio acadêmico, como mostra o quadro 1, no qual foi realizado um apanhado de 32 artigos com temas relacionados nos anos de 2010 a 2017. Nota-se que com a aplicação da Lei e do CPC, ao longo dos anos, a conformidade e completude das informações presentes em NE e RA se fortaleceram. A análise do grau de divulgação teve por base a quantidade de informações disponibilizadas pelas entidades. Com o uso da Escala Likert de três pontos, classificou-se as empresas tomando por base as informações obrigatórias retiradas dos pronunciamentos contábeis do CPC em nível alto, médio ou baixo. A companhia POSITIVO INFORMÁTICA S.A, dentre as analisadas, foi a que mais manteve um nível considerado alto em suas NE. Apesar disso, constatou-se que algumas companhias deixaram de divulgar informações importantes para os *stakeholders*.

Pôde-se confirmar o estudo de Nascimento et al. (2010), particularmente no que tange ao pressuposto de que os gestores tendem a acreditar que as informações obrigatórias são suficientes para os investidores e usuários em geral. Constatou-se que as empresas analisadas, no geral, preocuparam-se mais com o cumprimento da divulgação de informações exigidas

pela Lei das S.A. Além do mais, tendo a divisão das informações requisitadas pelo PT CPC (26) em indispensáveis e gerenciais, o *disclosure* da primeira foi superior, dado que são informações que geralmente visam suprir as necessidades de investidores.

Após a tabulação dos dados coletados no sítio da BM&FBovespa, calculado suas frequências relativas e absolutas, e realizada a classificação das companhias em níveis de divulgação de 1 a 3, constatou-se que a maior parte delas permaneceu no nível 2 ao longo dos anos analisados, portanto, apresentaram um nível médio de divulgação. Segundo Nascimento *et al.* (2010) um dos fatores que contribuem para que não haja total adoção das normas de *disclosure* trata-se da imaturidade do mercado acionário brasileiro que, como pôde-se perceber através da classificação do nível das empresas, está aos poucos tornando-se mais responsável.

Algumas limitações da pesquisa, referem-se ao fato da maioria das NE e RA buscarem apenas atender às legislações, não acrescentando informações voluntárias que poderiam ser úteis no momento da tomada de decisões; Algumas NE apresentam-se incompletas, e algumas empresas ainda não disponibilizaram seus relatórios mais recentes.

Dada a importância do assunto, sugere-se a aplicação da mesma pesquisa em setores que não foram abordados neste estudo, além de examinar outros anos, de modo a ampliar o conhecimento gerado no âmbito acadêmico e profissional a respeito do grau de conformidade na divulgação das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato Lopes de; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho; Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2014.

BARBOSA, Josilene da Silva; DALAVA, Angélica Ortega; OLIVEIRA, Carlos Eduardo de; SAVI, Erika Monteiro de Souza e; Divulgação voluntária e qualidade da informação contábil: Estudo com empresas do segmento BOVESPA Mais. **RIC-Revista de Informação Contábil- ISSN: 1982-3967**, v. 9, n. 3, p. 16-34, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 2.ed. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL, Lei. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Lex: Legislação Federal. Disponível em:** <www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 de abril de 2017, v. 27, 2013.

CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, **Pronunciamento**. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em 15 de Março de 2017.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; DO PRADO DACIÊ, Franciele. Redução da assimetria informacional sob a ótica do controle gerencial: discussão sobre práticas em empresas transparentes. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 72, p. 378-392, 2016.

FIGUEIREDO, Lilian Mendes; MARTINS, Aiane Luiz; RODRIGUES, Jomar Miranda. Normas internacionais de contabilidade para empresas de pequeno porte do Distrito Federal: identificação dos principais obstáculos quanto à adoção do CPC PME. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 12, n. 24, p. 225-251, 2016.

FILHO, José Maria Dias. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos**, n. 24, p. 38-49, 2000.

GARCIA, Elias; CORBARI, Eliani Mariana; JUNIOR, Dirceu Aguirre; A importância da divulgação contábil mensurada ao "fair value". *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, n. 11, p. 127-138, 2007.

GONÇALVES, Odair; OTT, Ernani. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. **Encontro nacional da anpad (enanpad)**, v. 26, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LAY, Luis Antonio; SILVA, Thiago Bruno de Jesus; MICHELS, Andressa. Fatores explicativos da evidenciação dos benefícios aos empregados em empresas brasileiras listadas

no ibrx 100 da bm&fbovespa. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 185-204, 2017.

LÉLIS, Débora Lage Martins; PINHEIRO, Laura Edith Taboada Pinheiro; Comparação das práticas de divulgação de informações financeiras nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE dos setores de consumo não cíclicos e de telecomunicações. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 4, p. 145-172, 2013.

MACHADO, Esmael Almeida; TAKAMATSU, Renata Turola; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco. Reações do mercado de capitais brasileiro à publicação voluntária dos demonstrativos contábeis em conformidade com os padrões internacionais. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 6, n. 10, p. 40-58, 2016.

MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; LEMES, Sirlei. Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 3, p. 85-112, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MENESES, Anelise Florencio de; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras. 2011.

NASCIMENTO, Eduardo; FERNANDES, Nirlene Aparecida Carneiro; GUERRA, Mariana; COLAUTO, Romualdo Douglas; Divulgação de informações financeiras de companhias siderúrgicas e metalúrgicas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 3-24, 2010.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004.

ROCHA, Lilia Lourenço Ramos; DA COSTA, Fábio Moraes. Determinantes para divulgação voluntária de demonstrações contábeis em websites de municípios do estado do rio de janeiro. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 3, p. 88-112, 2016.

SANTOS, Nilza Nashiro Florence dos; FLORES, Eduardo da Silva; GUIMARÃES, Isac Pimentel; Nível de evidenciação obtido na divulgação das notas explicativas de instrumentos financeiros derivativos segundo a deliberação CVM nº 550/08 DOI: 10.5007/2175-8069.2010v7n13p175. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 7, n. 13, p. 175-196, 2010.

SANTOS, Aline Barreto dos; PEROBELLI, Fernanda Finotti Cordeiro. Reação do mercado à deliberação de planos de opção de compra de ações: um estudo de eventos para as empresas negociadas na Bovespa. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 7, n. 2, p. 163-196, 2009.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 65, p. 161-176, 2014.

SILVA, Jefferson Siqueira; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; LAURENCEL, Luiz da Costa; Nível de evidenciação obrigatória nas empresas de capital aberto: uma análise do CPC 27. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 65, 2016.

TEIXEIRA FILHO, Adriano Cardoso et al. Cumprimento das Orientações Normativas Acerca da Divulgação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelas Companhias Abertas que Compõem o Ibovespa. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 50, 2011.

TERRA, Paulo Renato Soares; DE LIMA, João Batista Nast. Governança corporativa e a reação do mercado de capitais à divulgação das informações contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, n. 42, p. 35-49, 2006.